

**Resolução 05/2019, do Conselho Municipal de Educação, que Orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, do Referencial Curricular Gaúcho - RCG e institui o Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território como obrigatórios ao longo das etapas e respectivas modalidades da Educação Básica do território municipal de São Luiz Gonzaga/RS.**

## **INTRODUÇÃO**

O Conselho Municipal de Educação de São Luiz Gonzaga, no uso de suas atribuições legais, que confere a Lei Municipal nº 5.522 de 18 de agosto de 2015, Decreto nº 4.673, de 30 de agosto de 2016 e Art. 4º - Inciso VI do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de 03 de agosto de 2016, e em conformidade com a Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Artigo 8, que trata da Organização dos Sistemas, Artigo 11 da Incumbência dos Municípios, do inciso V da Oferta da Educação Infantil, Artigos 14 e 15 da Gestão Democrática do Ensino e Autonomia das Escolas, do Artigo 18, quem pertence ao Sistema Municipal de Ensino, Artigos 62, 63 e 64 que trata da Formação de Profissionais de Educação e Artigo 89, Integração ao Sistema de Ensino, com alteração da Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013, bem como, a Resolução Nº 05 do Conselho Nacional de Educação, de 17 de dezembro de 2009; Parecer Nº 20/2009 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica e Pareceres 397 e 398/2005 do Conselho Estadual de Educação,

## **RESOLVE:**

### **CONSIDERANDO que...**

- a legislação nacional, estadual e municipal e, ainda, as normativas em âmbito nacional e municipal que embasam esta Resolução;
- as normativas que embasam e instituem a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Referencial Curricular Gaúcho – RCG;
- o trabalho realizado pelo CNE, CEEd/RS e UNCME-RS que resultou a exarcação da Resolução CEEd/RS nº 345/2018 e o trabalho ou participação do CME na construção do Documento do Município;

- destacar os Artigos 25 e 29 da Resolução CEE/RS nº 345/2018
- as atribuições do CME (conforme legislação específica) para a emissão desta Resolução e os trabalhos realizados acerca do tema;
- o trabalho realizado com todas as Redes de Ensino do território municipal para a construção deste documento;
- a realização da Audiência Pública;

CONSIDERANDO que as orientações presentes nesta Resolução embasam a revisão dos Projetos Políticos-pedagógicos, Regimentos Escolares e documentos correlatos de todas as Instituições Escolares (Grade Curricular, Plano de Estudo e Plano de Trabalho), com a finalidade de implementar nas Redes de Ensino que desenvolvem as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental em todo o território municipal de São Luiz Gonzaga a BNCC, o RCG e o **Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território** a fim de envidar esforços de forma colaborativa entre as Redes de Ensino para desenvolver a equidade e o processo de ensino-aprendizagem.

Resolve:

## TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

### CAPÍTULO I Do Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território

**Art. 1º** - A presente Resolução institui a implementação do **Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território**, como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica, nas etapas, Educação Infantil e Ensino Fundamental e suas respectivas modalidades, nas Redes de Ensino, públicas e privadas, e nas Instituições Escolares do território municipal de São Luiz Gonzaga.

**Parágrafo Único.** Entende-se por território municipal o espaço geograficamente demarcado pelos limites intermunicipais que circunda o município de São Luiz Gonzaga.

## Capítulo II Da BNCC e do RCG

**Art. 2º** -As orientações e os conceitos normatizados na Resolução CNE/CP Nº 02, de 17 de dezembro de 2017, que “Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.”, estão referendados pela presente Resolução.

**Art. 3º** - Ficam ratificadas as definições estabelecidas na Resolução CEEEd Nº 345, de 12 de dezembro de 2018, que “Institui e orienta a implementação do Referencial Curricular Gaúcho - RCG, elaborado em Regime de Colaboração, a ser respeitado obrigatoriamente ao longo das etapas, e respectivas modalidades, da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, que embasa o currículo das unidades escolares, no território estadual.”, pela presente Resolução, para o Sistema Municipal de Ensino de São Luiz Gonzaga.

## TÍTULO II DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, DO REGIMENTO ESCOLAR E DO CURRÍCULO

### Capítulo I Do Projeto Político-pedagógico

**Art. 4º** - No exercício da autonomia das Instituições Escolares, prevista nos artigos 12, 13 e 23 da LDB, no processo de construção de seus Projetos Políticos-pedagógicos - PPP, atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos na BNCC, no RCG e no **Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território**, adotarão organização, metodologias, formas de avaliações e propostas de progressão que julgarem necessários devidamente construído com a Comunidade Escolar respeitando as normativas dos respectivos Sistemas de Ensino.

**Art. 5º** - O **Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território**, é referência municipal para todas as Redes de Ensino, públicas e privadas da Educação Básica, que atendam a Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental, para construírem ou para revisarem os seus Projetos Políticos-pedagógicos e documentos correlatos.

**Parágrafo Único.** A implementação da BNCC, do RCG e do **Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território** tem como objetivo superar a fragmentação da Educação balizando a qualidade ao desenvolver a

equidade.

**Art. 6º** - Os Projetos Políticos-pedagógicos das Redes de Ensino e das Instituições Escolares, para desenvolvimento dos currículos das etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, e em suas respectivas modalidades, devem ser (re)elaborados com efetiva participação da Comunidade Escolar e executado pelos/as professores/as, os quais definirão seus planos de trabalho coerentemente com os respectivos PPPs, nos termos dos artigos 12 e 13 da LDB.

**Parágrafo Único.** As propostas pedagógicas e os currículos devem considerar a educação integral dos/as estudantes, visando ao seu pleno desenvolvimento.

**Art. 7º** - Os PPPs, das Redes de Ensino e/ou das Instituições Escolares, abarcam todas as suas respectivas etapas e modalidades, tem a BNCC, o RCG e o **Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território** como referência obrigatória e, ainda, incluirão as suas especificidades definidas pela Comunidade Escolar de acordo com a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas complementares dos respectivos Sistemas de Ensino para o atendimento das características regionais e locais.

**Parágrafo único.** De acordo com o Artigo 26 da LDB, a “parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” forma juntamente com a BNCC, o RCG e o **Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território** um único bloco, indissociável, tanto para as atividades pedagógicas, como para os processos avaliativos.

## **Capítulo II Do Regimento Escolar**

**Art.8º** - O Regimento Escolar das Redes de Ensino e/ou das Instituições Escolares serão elaborados ou revisados a partir do PPP construído ou revisado a luz da BNCC, do RCG e do **Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território**, uma vez que esse documento rege toda a vida escolar nas questões de gestão democrática, administrativa, financeira e pedagógica.

**Art.9º** - O Regimento Escolar das Redes de Ensino e/ou das Instituições Escolares serão elaborados ou revisados a partir das normativas exaradas pelos respectivos Sistemas de Ensino.

## **CAPÍTULO III**

## **Do Currículo**

**Art. 10** –O Currículo é desenvolvido a partir do que está proposto no PPP e normatizado no Regimento Escolar.

**Art. 11** - As ações realizadas no cotidiano escolar são embasadas em Metodologias Ativas, definidas com a Comunidade Escolar, que proporcione aos/às estudantes um currículo vivo identificado com suas necessidades e interesses.

## **TÍTULO IV DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **Capítulo I Da BNCC e do RCG**

**Art. 12** - Considerando as normativas elencadas na presente Resolução, a etapa da Educação Infantil, primeira da Educação Básica, tem como foco principal as brincadeiras e as interações como direitos essenciais a serem garantidos às crianças para seu pleno desenvolvimento.

**Art.13** - Esta etapa prima pela aprendizagem lúdica dos objetivos propostos pela BNCC, RCG e pelo **Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território** por meio dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

### **Capítulo II Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território**

**Art. 14** – O **Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território** destaca outros aspectos que vão ao encontro dos normatizados na BNCC e no RCG a serem considerados na construção e revisão dos PPPs e seus documentos correlatos, como consta no Documento em anexo.

## **TÍTULO V DO ENSINO FUNDAMENTAL**

### **Capítulo I Definição do Ensino Fundamental**

**Art. 15** -O Ensino Fundamental é a etapa que aprofunda os conhecimentos desenvolvidos na Educação Infantil a partir dos objetivos de conhecimento e das

habilidades propostas pela BNCC, RCG e pelo **Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território**.

**Art. 16** – O **Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território** destaca outros aspectos que vão ao encontro dos normatizados na BNCC e no RCG a serem considerados na construção e revisão dos PPPs e seus documentos correlatos, como no Documento em anexo.

## **Capítulo II**

### **Do processo de Alfabetização**

**Art.17**– Considerando o processo de alfabetização das crianças definido na BNCC (2017, p.87) “é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica” no Bloco Pedagógico, com ênfase nos dois primeiros anos e aprofundamento no terceiro ano do Ensino Fundamental.

**Parágrafo Único** – O Bloco Pedagógico é formado pelos três primeiros anos do Ensino Fundamental, definido no Artigo 30 da Resolução CNE/CEB nº 007/2010.

## **TÍTULO VI**

### **DA TRANSIÇÃO**

#### **Capítulo I**

##### **Ações necessárias**

**Art.18**–A transição entre família e instituição escolar, entre etapas e entre anos é efetivada mediante a interação dos/as professores/as das respectivas etapas e turmas ao realizarem:

I – estratégias de acolhimento afetivo e adaptação individualizada para as crianças, professores/as e suas famílias.

II – formas de registrar a vida estudantil que descreva as vivências, os processos de aprendizagens e os objetivos desenvolvidos e alcançados;

III – ações pedagógicas que garantam a continuidade no processo ensino-aprendizagem;

IV – a globalização da aprendizagem, evitando assim a fragmentação da Educação.

V – planejamento compartilhado entre etapas e anos, com acompanhamento da supervisão pedagógica, a fim de promover troca de experiências, dirimir dúvidas, atingir objetivos de aprendizagem significativas, para promover o avanço do/a estudante em todas as etapas.

## **TÍTULO VII DA FORMAÇÃO CONTINUADA**

### **Capítulo I Das Mantenedoras**

**Art.19** – As Mantenedoras envidarão esforços para desenvolverem com os/as professores/as formação continuada sobre a BNCC e as normativas que foram exaradas a partir deste documento.

**Art.20**– As formações a serem desenvolvidas terão um caráter de transformação das ações pedagógicas a serem realizadas nas instituições escolares.

**Parágrafo Único.** As formações para serem transformadoras devem acontecer em forma de seminário, oficinas práticas, reuniões pedagógicas e outras que contemple práticas significativas.

**Art.21**– As mantenedoras poderão firmar parcerias com Instituições de Ensino Superior, ONGS, entre entes federados, Secretarias Municipais Estaduais e outros que considerar pertinente para realização destas formações.

### **Capítulo II Das Instituições Escolares**

**Art. 22**–As Instituições Escolares realizarão formações continuadas, no mínimo, no período de suas reuniões pedagógicas, previstas em seus calendários escolares.

**Art.23**– O caráter das formações segue o que está descrito nos Artigos 18, 19 e 20 da presente Resolução.

### **Capítulo III Dos Professores**

**Art. 24** – Os/as professores/as participarão das formações continuadas, de acordo com os planos de cargos e carreiras e/ou especificidades do regime de trabalho, realizadas pelas suas respectivas Mantenedoras em Instituições Escolares para qualificarem suas práticas pedagógicas.

**Art.25**– A própria formação contínua é de responsabilidade de cada professor/a.

## **TÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 26**– A implementação obrigatória da BNCC, do RCG, e do **Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga e do Território** é, impreterivelmente, no início do ano letivo de 2020 para toda etapa da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

**Parágrafo Único** – Para implementação descrita no caput deste artigo, tornam-se obrigatória a revisão do PPP, do Regimento e de documentos correlatos em 2019 e ou 2020 e consequentemente as devidas aprovações pelas mantenedoras e Conselhos de Educação.

**Art. 27** - Os documentos escolares referentes a presente resolução terão vigência no ano seguinte, após a sua aprovação de acordo com as normativas exaradas pelos respectivos Sistemas de Ensino.

**Art. 28** – Fixa o prazo de cinco anos para revisão do **Documento Orientador do Município de São Luiz Gonzaga** e de Território a contar da data de sua aprovação.

**Art. 29** - Caberá à Secretaria Municipal de Educação, orientar, apoiar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas instituições educativas integrantes do Sistema Municipal de Ensino relativo ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

**Art. 30**-Caberá à Secretaria Estadual de Educação, orientar, apoiar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas instituições educativas integrantes do Sistema Estadual de Ensino relativo ao cumprimento do disposto na BNCC, no RCG e demais normativas exaradas a partir destes documentos.

**Art. 31** - Caberá ao Conselho Municipal de Educação de São Luiz Gonzaga monitorar o cumprimento do disposto nesta Resolução.

**Art. 32** - Os casos omissos nesta Resolução serão apreciados e definidos pelo CME de São Luiz Gonzaga.

**Art. 33-** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo CME São Luiz Gonzaga

São Luiz Gonzaga/RS, 29 de novembro de 2019.

Jerusa Dutra Schreiner  
Decreto nº 5073/2018